



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

PROJETO DE LEI Nº 12 /2023

Vereadora Pará

02  
M

Institui o Colar de Girassol como instrumento auxiliar de orientação para identificação de pessoas com deficiência não visível ou oculta e contém outras disposições.

A Câmara Municipal de Bom Despacho aprova:

Art. 1º Fica instituído o colar de girassol como símbolo para a identificação da pessoa com deficiência oculta no Município.

Art. 2º O colar de girassol de que trata o art. 1º desta lei deverá ser da cor verde, estampado de girassóis da cor amarela e seguir o modelo contido no Anexo Único desta lei.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, entende-se por pessoa com deficiência oculta aquela que possui impedimento de longo prazo, de natureza mental, intelectual ou sensorial, que possa impossibilitar sua participação plena e efetiva na sociedade quando em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 4º O uso do colar de girassol é facultado aos indivíduos que tenham deficiências ocultas, bem como a seus acompanhantes e atendentes pessoais.

Art. 5º As pessoas com deficiências ocultas terão assegurados os direitos a atenção especial necessária, fazendo uso do colar de girassol, garantindo assim, o seu atendimento prioritário e mais humanizado nos termos desta Lei.

Art. 6º As repartições públicas, estabelecimentos privados e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigados a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e imediato às pessoas com deficiência oculta usando o colar de girassol.

Parágrafo Único. Entende-se como estabelecimentos privados:

- I - Supermercados;
- II - Bancos;
- III - Farmácias;
- IV - Restaurantes;
- V - Bares;
- VI - Lojas em geral;
- VII - similares.

Adriana



## CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Art. 7º Os estabelecimentos públicos e privados devem orientar os funcionários e colaboradores quanto ao significado do colar de girassol, a fim de garantir o atendimento adequado aos seus portadores.

Art. 8º Por meio de instrumentos e mecanismos adequados de divulgação, será dada publicidade dos direitos das pessoas com deficiências não visíveis ou ocultas, inclusive sobre o uso do colar de girassol pelas pessoas com deficiência de que trata esta lei ou pelos seus familiares.

Art. 9º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art.10 A Secretaria Municipal de Saúde procederá a verificação da deficiência oculta, emissão e entrega do Colar de Girassol.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Saúde poderá delegar o disposto no caput as entidades sem fins lucrativos de assistência as pessoas com deficiência oculta.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação.

Bom Despacho, 11 de abril de 2023

  
Vereadora Pará





# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

04  
UM

## ANEXO ÚNICO



Assessoria



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

05

## JUSTIFICATIVA

Este projeto de Lei, visa assegurar um mecanismo de identificação mais claro e objetivo, garantindo assim aos portadores de deficiências ocultas, que estejam portando este instrumento auxiliar de identificação, direitos e prioridades em estabelecimentos que a presente Lei assegura como atendimento prioritário.

Importante salientar que a implantação das normas fixadas pelo presente Projeto Lei praticamente não gerará custos ou, se houver, será irrisório. Neste sentido, o STF já se manifestou pela legitimidade de iniciativa de parlamentar, *in verbis*:

Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido.

(ARE 878911 RG, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 29/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-217 DIVULG 10-10-2016 PUBLIC 11-10-2016) – **DESTACOU-SE.**

Pelas razões expostas, apresenta-se este projeto para aprovação desta Casa Legislativa.

*Aplicação*